

Divida: as dificuldades reais e as superfluas.

Continua

- 9 DEZ 1986

A informação de que o País poderá fechar o ano com menos de 4 bilhões de dólares em reservas cambiais revela, de maneira dramática, a gravidade da situação externa e torna muito mais crítica do que se admite a atual fase de negociação com o Clube de Paris e os bancos privados. Aparentemente indiferentes a essa visível deterioração da nossa posição externa, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, fazem uma avaliação positiva dos contatos que ambos mantiveram na semana passada nos Estados Unidos, dando a entender que não deverá haver dificuldades no próximo dia 18, quando o Brasil deverá ter uma resposta dos países membros do Clube de Paris, aos quais deve cerca de 8 bilhões de dólares.

JORNAL DA TARDE

O reescalonamento da dívida a governos é o primeiro passo para uma renegociação plurianual com os bancos privados, que deverá acontecer apenas em janeiro, na melhor das hipóteses, pois neste mês já não há condições para a conclusão das conversações com esses credores.

O otimismo das autoridades brasileiras em relação aos entendimentos com o Clube de Paris baseia-se em informações recebidas informalmente do FMI, segundo as quais o relatório desse organismo internacional sobre o Brasil é bastante favorável, mas ainda não se sabe se o País escapará da exigência de monitoramento da economia pelos técnicos do Fundo.

De qualquer forma, está claro que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central vêm encontrando uma atitude construtiva da parte dos credores, os quais não escondem o seu interesse em ajudar o País a superar esse momento delicado, o que, aliás, é do seu mais alto interesse. Tanto os bancos quanto o governo têm consciência de que a economia brasileira precisa de fôlego para melhorar o desempenho de sua balança comercial e, em consequência, elevar as reservas internacionais, hoje extremamente baixas, para que possa continuar honrando os seus compromissos e para evitar novas conturbações do ambiente financeiro internacional, prejudiciais a ambos.

Na verdade, as novas reservas não só estão baixas como vêm caindo rapidamente. O próprio presidente Sarney manifestou-se preocupado com a fuga de capitais que o Brasil sofreu nos últimos meses, em virtude dos desinvestimentos de capital estrangeiro e da chamada "queima de reservas internacionais", acelerada pelo mau desempenho das exportações e do superávit comercial. É sabido que, se quisesse manter em dia os compromissos da dívida externa sem lançar mão de reservas, o País precisaria obter um saldo de 1 bilhão de dólares por mês na balança comercial, mas desde setembro, quando o superávit foi de apenas 840 milhões de dólares, e outubro, quando ele caiu para 210 milhões de dólares, a alternativa tem sido lançar mão das reservas.

Contudo, já ao final de agosto as reservas tinham diminuído 1,02 bilhão de dólares (em relação ao total de dezembro de 1985) e somavam, pelo conceito de caixa, 6,668 bilhões de dólares. Agora, em virtude da acentuada queda do superávit comercial, elas se aproximam rapidamente dos 4 bilhões de dólares, embora o ministro da Fazenda insista em falar em 5 bilhões, num esforço para desmentir os rumores de que o Brasil está tentando fechar um acordo às pressas com os credores, já que a perda de reservas enfraquece a posição brasileira nas negociações.

Infelizmente, a evolução do presente quadro das contas externas não parece nada favorável. Os resultados das medidas tomadas para estimular as exportações, entre elas o retorno da política de minidesvalorizações cambiais, somente deverão aparecer no segundo trimestre de 1987, a menos que as autoridades decidam acelerar a desvalorização do cruzado para melhorar a balança comercial. Também não se pode esperar muito do lado da redução da demanda interna, pois as medidas de ajuste do Plano Cruzado produzirão efeitos nessa direção apenas a partir de abril. Em outras palavras, a demanda de importações continuará forte, ao passo que as exportações deverão reagir lentamente.

Também não se pode esperar muito do lado dos investimentos estrangeiros de risco, como aliás reconhece o diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas. Para ele, "as incertezas das regras econômicas, a falta de unidade do governo, especialmente na adoção de conceitos — como o de reserva de mercado —, e a não-coesão entre os formuladores da política econômica e os escalões inferiores que manipulam os mecanismos de aplicação" são os fatores responsáveis pela evasão de divisas e pela fuga do capital externo, que este ano praticamente deixou de entrar no País.

Com uma franqueza rara num alto funcionário do governo, o diretor do BC comentou as compreensíveis dúvidas dos empresários estrangeiros quando se defrontam com uma multiplicidade de órgãos do governo baixando todo um conjunto de regulamentações para a atividade econômica, citando, apenas como exemplo, entre outros, o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), a Secretaria Especial de Informática (SEI) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que freqüentemente agem de maneira incongruente com as determinações e o discurso dos ministros de Estado e do presidente da República.

São esses burocratas do governo, de fato, que formulam a real política do País em relação ao capital externo, fazendo com que muitos investidores potenciais simplesmente acabem desistindo...

E, para agravar ainda mais o quadro externo, os investidores e credores estrangeiros também se sentem ameaçados, com plena razão, pelo agressivo discurso dos baderneiros da CUT, que ameaçam paralisar o País no dia 12, indiferentes à negociação em curso sobre a dívida externa.

Como se vê, existem dificuldades reais e dificuldades superfluas atrapalhando esta negociação. É como acontece, aliás, com toda a economia brasileira: existem dificuldades reais e dificuldades superfluas impedindo a sua decolagem definitiva.

E o pior é que, nos dois casos, as superfluas são as que mais atrapalham.